

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 16/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2019**

(Contém 18 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

**FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:**

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 16/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2019**

Aos dezasseis dias do mês de agosto do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz e Albertina Maria Costa Oliveira.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores e Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 10:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 26 de julho de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto, porque não esteve presente naquela reunião e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por quem secretariou a reunião.



**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores e Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:****PARECER SOBRE AS PRECEDÊNCIAS PROTOCOLARES:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se a Senhora Presidente tinha o parecer do Jurista da Câmara Municipal, sobre as Precedências Protocolares, conforme já lhe tinha dito.

A Senhora Presidente respondeu que já tem o parecer, mas pediu ao Jurista para o apresentar formalmente, para lhe ser enviado. Questionou qual era a organização que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado tinha para a procissão da Paróquia de Santa Cruz.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que, como a Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português e o Regime das Precedências Protocolares e do Luto Regional na Região Autónoma dos Açores não prevê que o Presidente da Assembleia Municipal se possa fazer representar, a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal iria atrás dos membros da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente questionou qual seria, segundo a opinião do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, a posição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia na procissão, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que na mesma posição em que ele foi.

A Senhora Presidente expôs que a Lei das precedências do Protocolo do Estado Português dispõe sobre a hierarquia e o relacionamento protocolar das altas entidades públicas, em cerimónias oficiais e em outras ocasiões de representação do Estado, das Regiões Autónomas e do Poder Local. A situação em concreto trata-se de uma procissão e nas procissões na primeira fila vão os representantes dos Órgãos, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia, representados pelos seus Presidentes ou por quem os representa. Exemplificou que ontem, na procissão da Paróquia de Água de Pau, não foi nenhum representante da Assembleia Municipal e nenhum Vereador foi ocupar aquele lugar na fila. Se fosse para seguir a hierarquia da referida Lei, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia teria que ir atrás dos membros da Câmara Municipal.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que já aconteceu numa procissão da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em que o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz integrou aquela procissão e foi atrás dos membros da Câmara Municipal, mas o Presidente da Junta de Freguesia Local ocupa o lugar onde foi, ou seja, a seguir ao Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia Municipal, na sua área territorial.

A Senhora Presidente disse que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado tem duas interpretações para a mesma Lei, pois a Lei não refere Presidentes de outras Freguesias, simplesmente, refere Presidentes das Juntas de Freguesia. Acrescentou, que sempre aconteceu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se fazer representar pelos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal. Exemplificou que na cerimónia de inauguração do Convento dos Frades foi uma Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em representação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que presidiu àquela cerimónia.

A Senhora Presidente questionou ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não pudesse comparecer na procissão e se fizesse representar qual seria a posição que o representante iria, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado dito que iria atrás dos membros da Câmara Municipal, porque a Lei não refere que se possa fazer representar.

A Senhora Presidente questionou então se o Presidente da Câmara não for, não se faz representar, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado dito que se faz representar pelo Senhor Vice-Presidente.

A Senhora Presidente disse que pela mesma lógica como o Vice-Presidente substitui o Presidente da Câmara também os Secretários da Mesa substituem o Presidente da Assembleia Municipal. No passado já preparou cerimónias e atos com protocolo e sempre houve substituições do Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado esclareceu à Senhora Presidente que a Lei das Procedências e Protocolo do Estado apenas prevê a possibilidade de representação de um Presidente por um Secretário, quando se trata do Presidente de uma Região Autónoma por um Secretário Regional, todas as outras possibilidades não estão previstas na dita Lei, no entanto admite que um Vice-Presidente tem condições para representar um Presidente, como a própria definição "Vice-Presidente" já por si deixa subentendido.

Mais referiu a Senhora Presidente que nas procissões quem coordena a integração dos representantes das várias Entidades são os Senhores Padres. Na procissão que ocorreu ontem, na Paróquia de Nossa Senhora dos Anjos, em Água de Pau, foi o Senhor Padre quem estipulou as posições que as pessoas deviam ocupar. O que a Câmara Municipal poderá fazer é comunicar às Paróquias que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado discorda que o representante do Senhor Presidente da Assembleia Municipal possa ir ao lado do Presidente da Câmara e depois será o Senhor Padre quem decidirá.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que a Senhora Presidente vai é dizer aos Senhores Padres, com quem tem relações privilegiadas, que o Senhor Vereador da Oposição não quer que o representante do Senhor Presidente da Assembleia Municipal vá na primeira fila, mas a seguir aos membros da Câmara Municipal. Acrescentou, que convém dizer que fez essa observação com base na Lei das Precedências que não prevê que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se possa fazer representar.

A Senhora Presidente disse que, como já referiu, aquela Lei dispõe de regras para cerimónias oficiais e não para procissões. Deu outro exemplo, durante os 4 anos da Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Adriana Falcão, muitas foram as vezes em que em procissões e até em atos oficiais do Município se fez representar por um membro do Executivo daquela Junta de Freguesia, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentado que o fez de forma errada.

A Senhora Presidente disse que na primeira fila vão os representantes dos Órgãos ou os representantes dos respetivos Presidentes e em nada muda a posição do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. Disse ainda que ele não está livre de no futuro o Presidente da Assembleia Municipal ser do PSD e o seu representante ser remetido para a fila atrás dos membros da Câmara Municipal, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentado que vive bem com esta situação e possibilidade, uma vez que está acostumado a cumprir a Lei.

A Senhora Presidente expôs que estão a falar de uma procissão, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionado o porquê das implicações pelo facto de ele ter passado para a primeira fila, o ano passado na Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

A Senhora Presidente respondeu que conforme já ficou registado na ata da reunião Camarária de 4 de junho de 2019, não tinham que ter alterado as posições que estavam definidas no início. Concluiu, referindo que não vai alimentar mais esta discussão e apresentou o convite para a Procissão de Nossa Senhora das Necessidades, na Atalhada, no próximo dia 1 de setembro, pelas 18:00 horas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá nas procissões quando assim o entender. Justificou que não foi na Procissão de Nossa Senhora dos Anjos, em Água de Pau, porque às vezes há situações que lhe desagradam.

A Senhora Presidente informou que o PSD foi representado naquela Procissão, também pelo Deputado do PSD/Açores à Assembleia Legislativa Regional, António Vasco Viveiros.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **VENDA DE PRÉDIO SITO NA AVENIDA DO MAR:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente não tinha nenhuma informação para lhe comunicar, tendo a Senhora Presidente respondido que



não tem ideia do Senhor Vereador ter-lhe questionado algum assunto, que aguardasse uma resposta.

O Senhor Vice-Presidente comentou que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deverá estar a referir-se à notícia “Lagoa vai vender terreno para construir Hotel de 5 estrelas” publicada no jornal Açoriano Oriental, no passado dia 3 de agosto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado relatou que estranhou não ver este assunto nem na informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, nem na agenda de trabalhos para esta reunião. Dirigiu a palavra ao Senhor Vice-Presidente e disse que levou “um soco na boca do estômago” quando tomou conhecimento desta notícia, na primeira página do jornal Açoriano Oriental, e no dia seguinte da notícia sobre a construção do campo de treinos do Clube Desportivo Santa Clara, na Zona do Tecnoparque. Na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 26 de julho, discutiram de forma cordial a proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE e com a amizade que tem pelo Dr. Ricardo, que julga ser recíproca, esperava que tivesse o bom gesto de lhe informar o que se passava.

A Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal não fez nenhuma notícia sobre este assunto. A Comunicação Social teve conhecimento através do Portal da Contratação Pública, do contrato do ajuste direto, que a Câmara Municipal celebrou com a Norma Açores, S.A., para aquisição de serviços para elaboração do procedimento de hasta pública para venda de prédio, para construção de empreendimento turístico. A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente expôs que trabalha com base em factos reais e concretos. Informou que tem havido, ao longo do tempo, manifestações, informais, de interesse por parte de alguns investidores, em relação aos terrenos sitos na Avenida do Mar, Freguesia de Santa Cruz. Entenderam que seria importante criar um procedimento no objetivo de garantir a máxima transparência e o cumprimento da legislação em vigor. Como a Senhora Presidente já referiu, a Câmara Municipal celebrou com a Norma Açores, S.A. o contrato do ajuste direto para aquisição de serviços para elaboração do procedimento de hasta pública. O assunto não foi, ainda, apresentado aos Senhores Vereadores, porque aguardam os documentos para posterior disponibilização, com a devida fundamentação. Neste momento, ainda, estão a trabalhar no processo. Acrescentou, que por parte da Câmara Municipal, não houve qualquer interesse que fosse dado conhecimento público deste assunto, porque destabiliza o mercado.

A Senhora Presidente informou que foi contactada pelo jornalista para prestar declarações e respondeu-lhe que não tinha informações sobre o assunto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que embora concorde com as explicações do Senhor Vice-Presidente, já houve um trabalho de preparação para o procedimento do ajuste direto, que foi adjudicado por quase 24.000,00 €, e não trocaram impressões com os Vereadores da Oposição. Em seu entender, foi um grave desrespeito pelos



membros que compõem este Órgão Executivo e pela Assembleia Municipal. Estão a considerar que a Assembleia Municipal é um Órgão meramente consultivo que vai autorizar a venda daqueles terrenos, que não seria necessário previamente ser consultada, antes da adjudicação da aquisição de serviços à Empresa Norma Açores, S.A. Em sua opinião, o processo devia ser previamente presente à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, para aprovação da venda e só posteriormente proceder-se-ia ao procedimento do ajuste direto para a aquisição de serviços, com vista à proposta da Hasta Pública para venda dos terrenos sitos na Avenida do Mar. Assim, evitaria que os membros desta Câmara Municipal, bem como os da Assembleia Municipal, tomassem conhecimento do assunto através da Comunicação Social.

A Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura a Fundos Comunitários com um projeto para dinamizar aquela zona, que não foi aprovada. Em vários momentos e em várias entrevistas já disse que a solução para os terrenos sitos na Avenida do Mar passaria pela iniciativa privada. No âmbito da transparência, o melhor seria proceder à elaboração do procedimento de hasta pública para venda daqueles terrenos. Internamente, a Câmara Municipal não tem técnicos disponíveis e habilitados para elaborar um caderno de encargos, com as especificidades que são exigidas nesta situação tão sensível. A Câmara recorreu a um serviço externo, para que sejam cumpridas todas as normas legais e de forma a evitar problemas de recurso ou impugnação, no futuro, por parte de algum concorrente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado reiterou a sua posição defendendo que o processo deveria ser presente previamente em reunião Camarária e de Assembleia Municipal para aprovação da venda e só depois proceder-se-ia ao procedimento do ajuste direto.

O Senhor Vice-Presidente defendeu que o processo quando for apresentado em reunião da Câmara Municipal irá completo, com todas as informações e as peças do procedimento (Cláusulas Jurídicas e Técnicas).

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que pode a Assembleia Municipal não aprovar a autorização da venda daqueles terrenos e a Câmara Municipal já despendeu o valor do contrato com a Empresa Norma Açores, S.A., tendo a Senhora Presidente respondido que será uma opção da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado argumentou que seria mais prudente e um sinal de respeito pelos Órgãos deste Município o assunto ser previamente tratado na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e depois dar-se-ia andamento ao mesmo.

A Senhora Presidente referiu que nos vários momentos em que foi interrogada quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, ninguém lhe questionou diretamente qual o ponto de situação dos terrenos sitos na Avenida do Mar. Informou que, em outras funções nesta Câmara Municipal, já participou em várias reuniões que envolvia a Junta de Freguesia de Santa Cruz, a Paróquia, a Comunidade de Santa Cruz e nunca se chegou a um acordo para o destino daqueles terrenos. A Câmara Municipal está a criar as condições e o assunto será



discutido previamente entre a sua equipa e, posteriormente, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, pois foram eleitos para tomar decisões.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que apresentou a leitura que fez sobre este assunto, pois, em sua opinião, foi um erro grave e a situação estende-se à construção do campo de treinos do Clube Desportivo Santa Clara, na Zona do Tecnoparque.

O Senhor Vice-Presidente referiu que, como já expôs, trabalha com base em factos reais e concretos. Não vão falar de assuntos que não existem formalmente. A SAD do Clube Desportivo Santa Clara manifestou algum interesse na construção de um centro de estágios e treinos do Clube Desportivo Santa Clara, na Zona do Tecnoparque, solicitou alguns elementos, mas não apresentou, até ao momento, qualquer candidatura ao Lagoa Investe.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que na proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE criou-se a oportunidade que novas áreas pudessem beneficiar da renda mais reduzida, no Tecnoparque, nomeadamente, o desporto. Quando viu a notícia sobre a construção do campo de treinos do Clube Desportivo Santa Clara, na Zona do Tecnoparque, pensou que andava a ser gozado no exercício das suas funções, pois estava tudo previamente tratado.

O Senhor Vice-Presidente disse que todos têm muito respeito por todos os membros deste Órgão Executivo e, pessoalmente, tem muito respeito pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e pelo exercício das suas funções, na qualidade de Vereador da Oposição. Às vezes as coisas nem sempre são o que parecem e há que dar o benefício da dúvida. Na proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE, para além de desporto, também se criou a oportunidade que novas áreas pudessem beneficiar da renda mais reduzida, no Tecnoparque, nomeadamente, a cultura e o apoio social.

Informou o Senhor Vice-Presidente que deram entrada na Câmara Municipal duas novas candidaturas, ao abrigo do Regulamento LAGOA INVESTE, para aqueles dois lotes, 40 e 41, de projetos de áreas completamente diferentes do desporto. As candidaturas estão em fase de análise pela Comissão e serão, se aprovadas, posteriormente, apresentadas em reunião da Câmara Municipal. Por parte da Azul International, Lda., foi apresentado, em 30 de julho, um pedido de informação prévia para um Centro Desportivo e Médico para os mesmos lotes de terreno.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se o Senhor Vice-Presidente estivesse na sua situação, de Vereador da Oposição, ficaria confortável com estas duas notícias, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que reconhece que é desagradável ver as notícias na Comunicação Social, mas que da sua parte e da Senhora Presidente, não houve qualquer intervenção ou intenção nesse sentido.





O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que no primeiro momento apeteceu-lhe fazer uma notícia sobre este assunto, mas depois pensou em ouvir primeiro as justificações. Acrescentou, que esta situação foi desagradável.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO CONCELHO:**

Na sequência do ponto n.º 11 apresentado na reunião anterior, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que já se passaram alguns dias e questionou se já houve desenvolvimentos sobre o assunto.

A Senhora Presidente referiu que o cidadão Júlio Tavares Oliveira, naquele mesmo dia, enviou um e-mail a pedido expresso e pessoal do Sarg. Ajud. António Tavares a expor que o cidadão António Tavares "compreende o adiamento, e a natureza do adiamento, mas descarta, desde já, qualquer voto, seja de que natureza for, qualquer medalha, seja de que ordem for entregue por parte da Câmara Municipal de Lagoa, de agora em diante até ao fim dos seus dias."

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ESCOLA BÁSICA INTEGRADA 1,2,3 DE ÁGUA DE PAU:**

Sobre a notícia publicada na (Antena 1 - Açores) "Escola de Água de Pau revê notas para diminuir retenções", o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que foi uma situação desagradável. Como referem na notícia, vários professores foram obrigados a alterar a avaliação dos seus alunos, concretamente as "retenções".

A Senhora Presidente referiu que ninguém falou com a Câmara Municipal sobre este assunto e em setembro, no início do novo ano letivo, vão reunir com o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada 1,2,3 de Água de Pau.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **PRESIDÊNCIA:**



**PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- 2.ª Edição do Caloura Blues foi um sucesso;
- Open Day deu a conhecer Escalada na Lagoa;
- Câmara de Lagoa assinalou Dia Mundial da Conservação da Natureza;
- Projeto Lagoa Ativa 2019 encerrou com êxito;
- Câmara da Lagoa disponibiliza nova Museografia Pedagógica na Tenda do Ferreiro Ferrador;
- Câmara de Lagoa adquiriu propriedade para parque de estacionamento;
- Escoteiros da Madeira recebidos nos Paços do Concelho na Lagoa;
- Patinagem de Santa Cruz levou doze atletas a Campeonato Nacional.

A Câmara tomou conhecimento.

**PONTO N.º 2 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DE DATAS DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:**

Foi presente a proposta de alteração de datas das reuniões da Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Foi aprovada em reunião Camarária de 14 de dezembro de 2018, o agendamento das reuniões ordinárias para o ano de 2019, mas de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços, propõe-se a alteração das datas das seguintes reuniões:

- Dia 6 de setembro para o dia 13 de setembro;
- Dia 20 de setembro para o dia 27 de setembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Concordar com a proposta de alteração de datas das reuniões da Câmara Municipal;
- 2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

**UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**



**PONTO N.º 3 – DESPACHO – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DA FESTA IN LAGOA – RATIFICAÇÃO:**

Na sequência do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares da Festa In Lagoa apresentado na reunião da Câmara Municipal, de 12 de julho de 2019, foi presente o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 6 de agosto de 2019, que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares da Festa In Lagoa e no uso das minhas competências legais, determino o seguinte:

- 1.º Atenta a urgência do procedimento em causa, nomeadamente porque o evento terá lugar na noite de 17 de agosto e madrugada do dia 18 de agosto do corrente ano, adjudicar o direito de exploração de bares da Festa In Lagoa, a Hélder Aguiar Ponte Restauração Unipessoal, Lda. (Republic Bar), pelo valor de 1.500,00€ acrescido do IVA e nos termos da proposta apresentada;
- 2.º Encarregar os respetivos serviços de dar andamento ao processo;
- 3.º Solicitar ao adjudicatário a apresentação de uma apólice de seguro multirriscos comércio, conforme a cláusula 13.ª do caderno de encargos;
- 4.º Submeter o presente despacho a ratificação da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que no Regulamento do In Lagoa 2019 está referido no ponto 8 o seguinte: “É apenas permitida a entrada de maiores de 14 anos, mas sob a responsabilidade de um adulto, sendo que o mesmo terá que ter idade superior a 18 anos” e comentou que a frase não está correta e deveria ser corrigida.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que o ponto 8 do Regulamento será corrigido para o próximo ano, passando a ter a seguinte redação: “É permitida a entrada de jovens entre os 14 e 18 anos, mas sob a responsabilidade de um adulto”.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 6 de agosto de 2019, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DO INSPIRAL:**

Foi presente o processo do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares do Inspiral. O presente procedimento concursal tem por objeto a cessão do direito da exploração de 6 (seis) bares, localizados no recinto do INSPIRAL sito na Praça do Nonagon, na rua da Tecnologia K Épsilon, 421, freguesia de Nossa Senhora do Rosário,



concelho de Lagoa – Açores, que se realizará nos dias 20 e 21 de setembro de 2019. O direito de exploração é concedido a título precário e realizar-se-á nos dias 20 e 21 de setembro, coincidente com a duração do evento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o valor do preço base das propostas mencionado na alínea a) do ponto 17 do Programa de Procedimento, passou de seiscentos euros para quinhentos euros, porque está referido: “O preço base da proposta pela cedência de exploração dos 6 (seis) bares será de 500,00 € (seiscentos euros) pelo evento ...”.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que o valor correto são os 500,00 € (quinhentos euros) pelo que a redação daquele ponto será corrigida.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se nesta deliberação, porque não sabe se o valor será adequado e não tem conhecimento de qual será a dimensão do evento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, aprovar o processo do procedimento concursal, nas condições apresentadas, para cessão do direito de exploração de bares do Inspiral, a ter lugar na Praça do Nonagon, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa.

#### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:**

Foi presente a proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Constituem receitas dos municípios, o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), conforme previsto na alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

O Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro que procedeu à reforma da tributação do património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT), estabelece no n.º 5 do artigo 112.º que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do citado artigo, nomeadamente:

c) Prédios urbanos – de 0,3 % a 0,45 %.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.”



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2020, no valor de 0,3 % para os prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:**

Foi presente a proposta sobre o lançamento de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Constituem receitas dos municípios, o produto da cobrança de derramas, conforme previsto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

O n.º 1 do artigo 18.º da referida Lei refere que os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Dispõe ainda o n.º 24 do artigo 18.º da mesma Lei, na sua atual redação, que até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, o seguinte:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000, nos termos do n.º 24 do artigo 18.º da referida Lei.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá votar contra nesta deliberação, pelas mesmas razões que apontou nos anos anteriores.



A Senhora Presidente referiu que conforme já explicou anteriormente, a Câmara Municipal tem outras formas de apoiar as empresas, pois tem outros mecanismos que beneficiam a atividade empresarial e nas visitas que fizeram às Empresas do Concelho esta questão da derrama nunca foi colocada.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Concordar com a proposta de lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Concordar com a proposta de lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000, nos termos do n.º 24 do artigo 18.º da referida Lei;

3.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal as referidas propostas para autorização, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):**

Foi presente a proposta sobre a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro que aprovou a Lei das Comunicações Eletrónicas prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP);

Estabelece o número 3 do artigo 106.º da referida Lei, na redação da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro, com início de vigência em 8 de setembro de 2015, que a TMDP obedece aos seguintes princípios:

a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;



b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2020, em 0,25 %."

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2020, em 0,25%.

#### **PONTO N.º 8 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:**

Foi presente a proposta sobre a participação variável no IRS, cujo teor abaixo se transcreve:

"Considerando que:

O n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

Dispõem ainda os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo que a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. Na ausência de deliberação ou de comunicação referida no número anterior, o município tem direito a uma participação de 5 % no IRS.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro."

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o Governo da República já transferiu para o Município de Lagoa, o montante em falta referente a participação variável no IRS.

A Senhora Presidente informou que ainda não foi transferido para os Municípios dos Açores os montantes em falta, referente a 5 % do IRS gerado no respetivo Concelho. Mais informou que tem havido reuniões na AMRAA, sobre esse assunto.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

**PONTO N.º 9 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:**

Foi presente a proposta sobre a redução de taxa do IMI, prevista no artigo 112.º-A do CIMI - Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, no seu artigo 162.º aditou ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, o artigo 112.º-A;

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00
3 ou mais	70,00

Refere ainda o n.ºs. 2 e 3 do referido artigo que a deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI. A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do IMI, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.





**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:****PONTO N.º 10 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 14 de agosto do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 701.432,42 € (setecentos e um mil quatrocentos e trinta e dois euros e quarenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:****SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:****PONTO N.º 11 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Micaela Leal e José Humberto Lima Vieira, solteiros, residentes na Rua do Outeiro n.º 19, freguesia de São Vicente, Concelho de Ponta Delgada, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico, sito às Arrudas – 1.º Beco, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 1856/19940708, inscrito na matriz predial sob o artigo 57, secção Q.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

Não vemos inconveniente na aquisição do prédio em referência em regime de compropriedade.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.



**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:30 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu foria da Silva, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Cristina Calisto  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO